REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

O SEMIÁRIDO E O DESENVOLVIMENTO: O CASO DO CEARÁ

THE SEMI-ARID REGION AND DEVELOPMENT: THE CASE OF CEARÁ

LA REGIÓN SEMIÁRIDA Y EL DESARROLLO: EL CASO DE CEARÁ

Erlene Pereira Barbosa
Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
E-mail: erlene2013@gmail.com

Wagner Pires da Silva
Doutor em Educação, Universidade Federal do Cariri, Brasil
E-mail: wagner.pires@ufca.edu.br

Resumo

O presente artigo discute as políticas públicas implementadas pelos governos cearenses, que buscaram inserir o interior do estado, notadamente a região semiárida na economia capitalista. O objetivo seria gerar riquezas e diminuir as desigualdades sociais ao gerar emprego e renda nas localidades distantes da capital. No entanto, o que se constatou, pelo levantamento e coleta de dados da presente pesquisa foi a persistência da desigualdade, apesar das transformações econômicas na região.

Palavras-chave: Semiárido; Políticas Públicas; Expansão capitalista.

Abstract

This article discusses the public policies implemented by the governments of Ceará, which sought to integrate the interior of the state, particularly the semi-arid region, into the capitalist economy. The objective was to generate wealth and reduce social inequalities by creating jobs and income in localities far from the capital. However, what was found, through the survey and data collection of this research, was the persistence of inequality, despite the economic transformations in the region.

Keywords: Semi-arid region; Public policies; Capitalist expansion.

Resumen

Este artículo analiza las políticas públicas implementadas por los gobiernos de Ceará, las cuales buscaron integrar el interior del estado, en particular la región semiárida, a la economía capitalista. El objetivo era generar riqueza y reducir las desigualdades sociales mediante la creación de empleo e ingresos en localidades alejadas de la capital. Sin embargo, la encuesta y la recopilación de datos de esta investigación revelaron la persistencia de la desigualdad, a pesar de las transformaciones económicas en la región.

Palabras clave: Región semiárida; Políticas públicas; Expansión capitalista.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

1. Introdução

O Nordeste, tal como existe hoje, é uma criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos 1940. No entanto, ainda antes da conformação política atual, a questão de modelos de desenvolvimento para o Nordeste e para o semiárido foi alvo de atenção de estudos como o de Menezes (2018), cuja obra, escrita nos anos 1930, defendia a ideia de que o desenvolvimento de relações sociais de produção capitalistas poderia ser a solução para retirar a região do atraso.

A busca pelo desenvolvimento do semiárido envolveu, ao longo de sua história uma série de medidas, que vão desde as políticas de combate às secas, passando pela industrialização e, por fim, a convivência com o semiárido (Buarque, 2001).

As primeiras políticas públicas voltadas para o semiárido foram formuladas considerando o combate às secas. O combate às secas aplicava um diagnóstico pelo qual o semiárido seria um território incapaz de possuir ou de produzir conhecimento próprio, impossibilitado de pensar em soluções para seus problemas ou mesmo resolvê-los, pois era habitado por um povo atrasado e sem educação, o que justificava a imposição da resolução de seus problemas e mesmo do estímulo ao êxodo para outras regiões (Baptista; Campos, 2013). O combate às secas não buscava estimular a ruptura com as práticas seculares de poder das oligarquias, pelo contrário, as fortalecia.

No final do século XX, o paradigma de combate às secas começa a ser questionado com a formulação das chamadas estratégias de convivência com o semiárido. Estas buscam um novo olhar para a região, considerando as particularidades e potencialidades dela para que possam ser traçadas ações capazes de promover a integração do semiárido à dinâmica econômica e social brasileira, diminuindo as desigualdades em relação a outras regiões do país (Silva, 2016).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

Entretanto, mesmo com a mudança desse paradigma, a diminuição das desigualdades e a exclusão social e política avançam mais lentamente que os aspectos econômicos. Porque mesmo sendo algo novo, a Convivência com o Semiárido ainda permanece ligada aos modelos tradicionais de desenvolvimento. O atraso do território não pode ser solucionado apenas com a adoção de medidas mercantilizantes, visando a integração do território ao sistema capitalista.

Os avanços econômicos verificados nas últimas duas décadas, pouco modificaram a situação dos excluídos, tampouco diminuíram a desigualdade. Partindo dessa formulação, na busca pela diminuição das desigualdades. pode-se pensar em um desenvolvimento para o semiárido, que respeite os limites do bioma, da cultura e da gente do território, ao tempo em que diminui as desigualdades entre o Semiárido e os demais territórios brasileiros. A busca pelo desenvolvimento regional precisa envolver reflexões sobre o processo de desenvolvimento atentando para a ocupação do território, seus recursos naturais, bem como o impacto social que pode ser causado pelas ações a serem implementadas no semiárido com esse objetivo (Silva, 2016).

2. Revisão da Literatura

O Semiárido do Nordeste é considerado o maior território semiárido do mundo (Silva, 2016). Suas dimensões, bem como a sua diversidade apontam a necessidade de um estudo mais localizado e, por isso, a presente pesquisa vai focar o Estado do Ceará, uma vez que este possui praticamente a totalidade do seu território (95% de acordo com dados do IBGE) localizado no semiárido.

Para compreender a inserção do semiárido na economia brasileira no século XXI, precisa-se partir do entendimento de que as práticas econômicas são também práticas sociais e como tal encarnam os valores que orientam as ações humanas, sua cultura (Castells, 2019). E sociedades diferentes possuem culturas diferentes. “É por isso que transformações sociais mais profundas dependem do surgimento de novos modos de perceber, avaliar e conceber a experiência humana” (Castells, 2019, p.246). Afinal, “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros”

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

(Sen, 2010, p.26)[1]. Daí, Buarque (2021) dizer que é preciso realizar a integração social e não regional ao falar do Nordeste, e que a lógica econômica aplicada ao território está equivocada.

> Um dos exemplos do equívoco da lógica econômica no enfrentamento da pobreza está no tratamento do assunto da desigualdade regional no Brasil. Ao longo de quatro décadas de tentativa para desenvolver o Nordeste nos mesmos moldes do Centro-Sul, os resultados foram taxas elevadas de crescimento econômico, com aumento da pobreza e de desigualdade social dentro da região (Buarque, 2001, p.378).

O território semiárido vem cada vez mais compondo o quadro geral do capitalismo, que se consolida no território, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, substituindo as relações tradicionais de produção, expropriando os camponeses e artesãos da região, pois "o capitalismo possui um imperativo contínuo de explorar mais e mais terrenos para expropriar. Ele tem de buscar sempre novas bases não apenas de acumulação de capital, mas de possível despossessão" (Frazer; Jaeggi, 2020, p. 61).

Ao falar de consolidação do capitalismo no Semiárido, o trabalho está se referindo ao fato de que existem diferentes estágios do capitalismo, coexistindo, ao mesmo tempo, em diversas sociedades (Frazer; Jaeggi, 2020), o que se verifica neste território, onde há cidades com relações capitalistas avançadas, e outras onde este ainda não assumiu o mesmo grau de dinamismo. Na verdade, essas desigualdades compõem a dinâmica do capitalismo, que adota "uma tônica particular nas formações sociais dependentes, como é o caso da sociedade brasileira, devido à forma específica de integração ao mercado mundial" (Pereira, 2019, p. 241).

Por isso, existem pressões do sistema para avançar sobre estas regiões em seu ímpeto constante por mais valor, pois, as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas estabelecem relações em que "as regiões mais desenvolvidas extraem para si um dinamismo ainda maior, reduzindo como contrapartida o dinamismo das regiões menos desenvolvidas" (Saviani, 2013, p.91). Aqui, não se

[1] Aqui é preciso deixar claro que, embora a presente pesquisa tenha optado por realizar a abordagem do desenvolvimento cearense por meio das teorias Centro-Periferia, ainda assim, o trabalho referência o trabalho do economista liberal Amartya Sen, por entender que a compreensão que o mesmo tem de desenvolvimento se aproxima da concepção oficial de desenvolvimento que dá suporte às estratégias do governo do Estado do Ceará.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

pode esquecer que o "subdesenvolvimento é uma construção do próprio desenvolvimento do capitalismo sob certas condições. Por conseguinte, não é uma etapa do desenvolvimento; se as políticas corretas não forem implantadas, o subdesenvolvimento pode se agravar e pode não ser revertido" (Carleial, 2009, p.48).

Atualmente, o semiárido deixa de ser percebido como um lugar improdutivo e passa a se inserir na lógica do capital. Ainda nas últimas décadas do século XX, na tentativa de construir uma nova identidade para o semiárido, buscou-se adaptar o território, para que atendesse os preceitos do sistema capitalista, entendendo que apenas a submissão à lógica do capital poderia trazer a modernidade e o progresso necessários à região. É preciso ainda compreender que no Brasil, como um todo e no caso particular do Nordeste, a "sociedade tornou-se burguesa sem vivenciar, de fato, um processo de ruptura com o latifúndio e seus antigos representantes" (Pereira, 2019, p. 242), o que contribui para a manutenção das desigualdades regionais.

A proletarização das populações nordestinas é um processo que "envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados" (Harvey, 2005, p.122). No Ceará, a proletarização das camadas populares é, ainda, realizada com um processo de mudanças na própria elite.

> O Ceará sempre foi uma área periférica e pouco dinâmica do Brasil. Estado pobre, de solos ruins, sujeito a secas periódicas, distante dos grandes polos do capitalismo mundial, com uma estrutura fundiária nunca tocada, elevada concentração de renda, o Ceará nunca apresentou elites fortes como acontecia na Zona da Mata açucareira de Pernambuco e Bahia. Por séculos sua frágil economia baseou-se no comércio, na produção agropastoril, na lavoura de subsistência e nas atividades extrativistas (Farias, 2013, p.421).

Menezes (2018), em seu estudo sobre o Nordeste semiárido aponta que o semiárido, no qual a maior parte do Ceará, como vimos, está inserido, só poderia superar esse estado de coisas realizando a plena integração do território à economia capitalista. Essa integração desmontaria a estrutura social e econômica que impede o desenvolvimento do estado, ao liberar as forças produtivas do território.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

> (...) o estabelecimento de relações capitalistas de trabalho no território, "o incessante desenvolvimento das forças de produção, o comércio internacional, o sistema "casa-grande e senzala" se vai esfacelando (...) com a aparição do urbanismo industrial, das firmas comerciais nos centros citadinos, as senzalas enfraquecem, aumentam as populações dos mocambos, multiplicam-se os braços salariados; e desloca-se a importância dos senhores rurais para o industrialismo nascente. Decompõe-se o patriarcalismo (Menezes, 2018, p. 107).

Em auxílio à sua tese, Menezes (2018) cita o algodão e *boom* econômico provocado pela adoção da cultura no semiárido. A necessidade do produto para as indústrias inglesas, praticamente obrigou o território a se adaptar ao trabalho agrícola sistemático voltado para exportação, desse modo, "o papel da cultura algodoeira é a de força civilizadora, nas zonas semiáridas. Continua à base de toda uma sociedade de pequenos produtores, em marcha lenta para a industrialização, cujos efeitos já se anunciam, prefigurando, na fisiologia do Nordeste pastoril, o perfil de economia mais avançada" (Menezes, 2018, p. 169).

A criação do Banco do Nordeste, em 1952, com sede em Fortaleza, a atuação da SUDENE e sua política de industrialização do Nordeste contribuíram, não só para liberar as forças produtivas, mas para o surgimento de novas elites cearenses, ligadas à indústria e ao comércio (Gondim, 2015). A partir do final da década de 1970, organizados em torno de instituições como o Centro Industrial Cearense (CIC), esta nova elite começa a querer traçar os rumos da política cearense, desarticulando as oligarquias tradicionais e fortalecendo a natureza burguesa do Estado e das políticas públicas. O CIC era usado para defender uma administração pública baseada no modelo empresarial, voltada para o combate aos desequilíbrios regionais, apresentando ainda, "um discurso de preocupação com a grave questão social brasileira, em especial com a cearense em função de, melhorando o padrão de vida da população, esta consumiria mais vestuários, refrigerantes, cervejas, etc." (Farias, 2013, p.423).

Em 1987, Tasso Jereissati, representando os empresários organizados no CIC, se tornaria governador do Ceará, dando início a um ciclo de políticas públicas que se manteve mesmo quando a oposição à chamada geração Cambeba[2],

[2] Centro Administrativo do Governo Cearense, construído nos anos 1980, utilizado como sede do governo Tasso Jereissati, que passou a ser utilizado pela oposição para se referir ao grupo de apoiadores de Jereissati (Farias, 2013).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

assumiu o governo do estado. Antes de Jereissati, o Ceará era governado de forma tradicional, com o estado atuando para garantir as relações dos proprietários de terra entre si e entre os trabalhadores, uma atuação inadequada à lógica de produção de mercadorias (Mandel, 1982). O grupo organizado em torno do CIC queria modernizar o estado nesse sentido: implementação da lógica capitalista. O que levou a implementação de um modelo de governo caracterizado por uma gestão, que se afirmava, técnica e pró-capitalista do Estado, fundamentado no equilíbrio fiscal e na eficiência da máquina estatal, priorizando investimentos em infraestrutura e os estímulos à indústria, turismo e outras atividades por meio de mecanismos como a isenção do ICMS e o baixo custo da mão-de-obra. O governo cearense "fornecia ainda o básico, como o terreno (doado ou financiado aos empresários), água, energia e telefone. Chegava mesmo a construir os galpões das indústrias e recrutar os trabalhadores" (Farias, 2013, p.439). Uma política que para garantir

> (...) o êxito dessas indústrias, desviamos recursos da infraestrutura social para infraestrutura econômica; para impedir a concorrência, proibimos importações; para completar a demanda para esses produtos, concentramos renda e usamos o emprego público; para coibir a falta de poupança do setor privado, subsidiamos crédito através dos bancos de desenvolvimento (Buarque, 2001, p.390).

A longevidade dessa política parece evidenciar mais um caso do que Celso Furtado chama de mau desenvolvimento, que é quando não há "correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento" (Furtado, 2009, p.16). A elite se apropria dos investimentos e a população permanece sem participar destes (Araújo, 2009). Dessa forma, a injustiça social se perpetua, "ainda mais porque essa elite foi competente o suficiente para incorporar uma parte da população entre os beneficiados do luxo em que ela sempre viveu, garantido elevados salários e outros direitos. Sabidamente, ela, como fizeram os colonialistas com uma parte das populações nativas, incorporou e corrompeu a classe média por meio do corporativismo" (Buarque, 2001, p.380).

Vislumbra-se no Ceará, que as políticas públicas são formuladas com pouca participação popular, mas com bastante protagonismos de setores dirigentes da burguesia industrial e comercial, o que auxilia na explicação dos motivos do porquê das políticas públicas dos governos cearenses contribuírem pouco para as

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

efetivas mudanças na qualidade de vida e na concentração de renda do Ceará, afinal, não se pode esquecer que “a influência política visando ao ganho econômico é um fenômeno muito real neste mundo em que vivemos” (Sen, 2010, p.164).

O modelo de modernização autoritária transformou a gestão do estado, mas o afastou das discussões e debates populares, além disso mostrou que “há uma diferença entre o crescimento econômico e a redução de pobreza” (Buarque, 2001, p.381). Farias (2013) cita os diversos embates dos governadores cearenses com servidores públicos, forças políticas e movimentos sociais cearenses, quase sempre solucionados de forma truculenta e sem diálogo. De certa forma isso contribuiu para a manutenção do abismo econômico entre as elites e o restante da situação, pois apenas “quando as relações de poder mudam sob a pressão dos movimentos sociais e dos atores políticos, o capitalismo é reformado e emergem novas práticas econômicas e sociais, que se difundem na sociedade como um todo” (Castells, 2019, p.244).

A execução de grandes projetos de infraestrutura, como a construção do Porto do Pecém e seu complexo industrial, capitaneado pela siderúrgica, a ampliação e internacionalização do Aeroporto de Fortaleza, aumento e melhoria da malha viária estadual, bem como da oferta de energia elétrica, em conjunto com o apoio à agricultura irrigada, a instalação de indústrias e muitos outras obras e projeto não foram suficientes para modificar a realidade da maioria da população cearense (Farias, 2013). Pior, elas foram realizadas sem importar-se com os impactos, remoções de populações indígenas, quilombolas e periféricas, sem a preocupação com as bacias hidrográficas, com a conservação da caatinga, único bioma unicamente brasileiro, nem, com qualquer outra consideração ambiental. Isso reforça o fato de que desenvolvimento “é mais que um processo meramente econômico; é um processo social e cultural que exige capacidade criativa e muita inciativa” (Carleial, 2009, p. 48).

No campo, os chefes políticos locais, deixam de mediar o acesso à terra aos camponeses, estabelecendo parcerias com empresas do chamado Agronegócio, “assim, as áreas irrigadas e mais férteis são repassadas para grandes empresas de agronegócio, que atendem, principalmente, o mercado

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

internacional. Amplamente mecanizada, a predominância dessas empresas resultou na dispensa de muitos agricultores e na desarticulação da agricultura tradicional" (Barbosa; Silva, 2021, p.9). Os novos donos de terra eram empresários agrícolas, que diferente dos antigos "coronéis" e fazendeiros, era uma classe de homens de negócio que "não vivia mais no campo, era absenteísta, não partilhando os mesmos espaços com os camponeses" (Albuquerque Jr., 2013, p.43).

A política do governo cearense para o campo favorece e estimula essa situação. No sítio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)[3], consta das diretrizes para o agronegócio cearense: redefinir e priorizar as áreas com maior potencial para o agronegócio; apoiar a adoção de novas tecnologias de produção e industrialização de produtos de alto valor agregado; apoiar o acesso das empresas cearenses a mercados diferenciados, como os de produtos orgânicos e de origem certificada; ampliar a participação das empresas do agronegócio no comércio exterior; entre outras. Dessa forma,

> No Ceará, a agricultura irrigada de alta tecnologia detém os números mais expressivos da agricultura da região, com destaque para a produção de frutas, hortaliças e flores. O estado é o 1° produtor e exportador de água de coco, castanha de caju e cera de carnaúba do Brasil, além de ser o 2° produtor e exportador de melão e melancia e o 4° produtor de frutas do Brasil.
>
> A vocação para a fruticultura, impulsionada pela recente união entre a Agrícola Famosa e a Citri&Co, maior produtora e distribuidora europeia de frutas cítricas e de caroço, aliada à localização estratégica do estado e à infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), cria um cenário favorável para a expansão da produção e escoamento de frutas frestas e coloca o Ceará em evidência no cenário do agronegócio nacional (Focus.Jor, 2021).

Durante a maior parte da história do semiárido, o ritmo de vida dos sertanejos seguia as especificidades climáticas da região, orientando-se mais pela natureza do que por interesses econômicos, com o trabalho agrícola se realizando no período das chuvas a partir de janeiro, encerrando com a colheita em julho. As atividades produtivas eram praticamente nulas no restante do ano, restando aos camponeses esperar que o ciclo reiniciasse (Farias, 2013). E isso, caso não houvesse as interrupções causadas pelas secas. A chegada do Agronegócio, mudou sensivelmente as relações de trabalho, complexificando a estrutura social.

[3] https://www.sedet.ce.gov.br/negocios/agronegocio/

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

> Esta nova sociedade de classes que surgia vai significar, para amplos setores das camadas populares, o maior aviltamento de suas condições de vida, pois não passarão mais contar com as contraprestações de serviços e favores que caracterizavam a realidade social anterior. (...) A emergência da sociedade de classes, do assalariamento, das chamadas relações livres de trabalho, contraditoriamente representou, para muitos homens e mulheres pobres (...) a perda das poucas garantias e da proteção paternalista que recebiam (Albuquerque Jr., 2013, p.44).

Os sucessivos anos de crescimento econômico no Ceará não foram suficientes para modificar a concentração de renda e por consequência a desigualdade social. Aliás, aponta Farias (2013), a melhoria dos indicadores sociais do estado está ligada principalmente aos programas de transferência de renda do governo federal, durante as administrações de Lula e Roussef, do que ao modelo de investimentos realizados pelos governos estaduais cearenses. Dowbor (2013), pode auxiliar a compreender o motivo desse modelo de desenvolvimento, voltado para o agronegócio e grandes projetos estruturantes, ao propor questões sobre o crescimento econômico, como o que está crescendo, para quem e com que impactos.

Assim, quando as grandes propriedades do agronegócio voltadas à exportação, retiram diversas famílias camponesas de suas terras, resultando na ampliação da produção agrícola, “o empresário dirá que enriqueceu o município. No entanto, se calcularmos os custos gerados para a sociedade com as favelas criadas e com a contaminação das águas, por exemplo, ou com o próprio desconforto de famílias expulsas de suas terras, além do desemprego a conta é diferente” (Dowbor, 2013, p.36).

O que se observa é que apesar da ampliação da produção agrícola e industrial, da atração de novos empreendimentos e do aumento do Produto Interno Bruto cearense, “os resultados sociais, apresentados em função do novo padrão de crescimento do estado do Ceará, mostram-se incompatíveis com a melhoria da qualidade do crescimento econômico, persistindo ainda forte vulnerabilidade em seu mercado de trabalho, com elevados padrões de informalidade e precarização de rendimentos e nos seus indicadores sociais (Batista; Moura; Alves, 2020, p.1005).

Dessa forma é preciso avançar para outra concepção de desenvolvimento, uma vez que a que vigora nas políticas públicas reduz a ideia de desenvolvimento

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

“a crescimento econômico e a crescente e constante concentração de riqueza, renda e poder nas mãos de uma minoria, enquanto a grande maioria da sociedade apresenta-se como geradora de desigualdade e a responsável pela miséria e exclusão social que presenciamos” (Arroyo; Schuch, 2006, p.24). Uma concepção de desenvolvimento, na qual este esteja “relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (Sen, 2010, p29).

Enquanto o modelo de desenvolvimento baseado em projetos estruturantes continua privilegiando as elites cearenses, a articulação de políticas públicas para atender a necessidade da população do Semiárido, tais como “o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Reforma Agrária, a Previdência Social Rural” (Aguiar et all, 2019, p.13) se mostraram mais eficazes para a permanência e reprodução dos agricultores familiares atendidos.

A partir de 2016, diversos programas sociais foram descontinuados, ou tiveram seus recursos diminuídos. A adoção de políticas de austeridade, inspiradas no ideário neoliberal não foram capazes de produzir desenvolvimento, muito menos inclusão no Brasil e em particular no semiárido (Mendes et all, 2010). Daí a necessidade de restaurar o “papel estruturador do Estado, da capacidade de planejamento, da visão de conjunto e de longo prazo, que desapareceram do horizonte da ciência econômica” (Dowbor, 2013, p.106). Um Estado capaz de realizar a implementação e articulação “entre as políticas sociais e aquelas voltadas ao estímulo produtivo nas áreas rurais, objetivando não apenas viabilizar a convivência com os períodos de estiagem, mas também reduzir as desigualdades sociais históricas presentes nesse território” (Aguiar et all, 2019, p.20).

3. UMA VISÃO DO SEMIÁRIDO E DO CEARÁ A PARTIR DOS DADOS

O Semiárido possui mais de 21 milhões de habitantes distribuídos em uma área de cerca de 896 mil quilômetros, que perpassa os nove estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais (Silva, 2016). Um território que possui desde enormes vazios demográficos, até áreas densamente povoadas.

De acordo com Ribeiro e Silva (2010), para um município ser integrado ao Semiárido e assim contar com os benefícios do Fundo Constitucional de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

Financiamento do Nordeste (FNE) e de melhores condições de negociação com suas dívidas com o governo federal, ele deve atender a um dos três critérios abaixo:

- precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

O Ceará é o estado brasileiro com o maior número de municípios no semiárido. 175 dos seus 184 municípios estão listados no território, o que equivale a 95% dos municípios do estado. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, a população cearense é de 8.794.957 habitantes. Destes, 5.483.743 residem no Semiárido, o que representa aproximadamente 65% da sua população total (IBGE, 2010). Estes dados justificam abordar o Ceará em um estudo sobre desenvolvimento do semiárido. Uma vez que praticamente todas as políticas públicas cearenses devem obrigatoriamente dialogar com o as características e peculiaridades do semiárido, que perpassa quase a totalidade do seu território.

Depreende-se, a partir desses dados, os desafios que precisam ser superados para o desenvolvimento inclusivo do semiárido no Ceará. A extensão territorial e o número de habitantes demandam esforços que equacionem não apenas a questão hídrica, como pensado no século XIX e boa parte do século XX. A abordagem das políticas públicas precisa ser pensada para ir além, envolvendo aspectos sociais, culturais e econômicos dentre outros, para que o desenvolvimento não fique apenas no modelo de reprodução das desigualdades presentes nas demais regiões brasileiras.

Interessante notar que além da capital, Fortaleza, apenas oito municípios estão fora do território semiárido (Aquiraz, Eusébio, Itaitinga, Maracanaú, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba e Pindoretama) E todos localizados na Região Metropolitana de Fortaleza.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

Grandes cidades cearenses como Juazeiro do Norte e Sobral se localizam no semiárido, além de um aglomerado urbano com cerca de 564 mil habitantes, formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que justificou a criação da Região Metropolitana do Cariri, no Sul do Ceará, em 2009 (QUEIROZ, 2014). São cidades de porte médio e com acesso a serviços e parque industrial que demonstram que o semiárido cearense avança na inserção à economia brasileira e ao sistema capitalista. Essas cidades, também, ao se observar o crescimento da violência e do cinturão de favelas em seu entorno, demonstram que o desenvolvimento do Ceará não significou menos desigualdade. E a análise dos dados coletados nesta pesquisa possibilitará precisar o que o modelo de desenvolvimento atualmente em vigor modificou na vida de milhões de cearenses.

Apesar de avanços do Estado, como o surgimento de novas indústrias e aumento na participação do PIB nacional, o IBGE[4] aponta que o Ceará, em 2020, possuía o 13º maior PIB entre os estados, a mesma posição que ocupava no ano de 2013. Em relação ao PIB per capita, o mesmo IBGE aponta que, a posição do Ceará é ainda pior, pois o Ceará se encontra, em 2020, na 24ª posição, uma posição a menos da que ocupava em 2013. Indícios de que a geração de riquezas no Ceará ainda está aquém do potencial quando tomado em relação ao total de habitantes do estado. E não apenas esse dado mostra o descompasso entre o a economia e a sociedade. O IBGE também aponta que em relação ao índice de Gini, indicador que mede a desigualdade, em 2010, o Ceará estava na 17º posição entre os estados brasileiros, sendo que em 1991, ocupava a 20ª posição. Em relação ao Rendimento nominal mensal domiciliar per capita, em 2022, o estado ocupava a 21ª posição, o que mostra quão baixa é a remuneração dos trabalhadores cearenses.

Dessa forma, enquanto a economia cearense vai bem, o povo cearense não partilha do mesmo dinamismo em relação a qualidade de vida e riqueza. Isso, porque devemos considerar que o desenvolvimento econômico,

> [...] envolve a consideração de um conjunto de aspectos amplos, que envolve, por sua vez, informações econômicas e sociais, pois são eles que

[4]https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/10060/60147?tipo=ranking&indicador=60147&ano=2021

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

> causam as disparidades regionais. As variáveis econômicas, por um lado, tendem a refletir o nível de crescimento econômico alcançado por uma região, mas sozinhas são insuficientes para afirmar se uma região é ou não desenvolvida, por esse motivo ser necessário a inclusão de outras variáveis referentes as outras dimensões, entre elas, as variáveis sociais (Braga; Campos, 2022, p. 152).

Levando em consideração, essa insuficiência das variáveis econômicas, a análise aqui realizada vai levar em consideração duas séries de dados anuais, disponibilizadas pelo governo cearense, por meio do IPECE. Serão utilizados os dados do PIB per capita, referente a 2004 e 2020 e os do IDH referentes aos anos de 2004 e aos anos de 2017.

O produto interno bruto (PIB) é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O PIB também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. O PIB per capita é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais[5]. No entanto, o PIB, mesmo o per capita, não é suficiente para apresentar as complexidades econômicas e sociais, bem como essas riquezas criadas são distribuídas. Daí a necessidade de fazer uso de um outro índice, que aqui será o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado a partir das considerações do economista Amartya Sen, durante sua atuação junto à ONU e ao Banco Mundial (Godoy; Soares, 2020).

> A partir da Lei 9.995 de 26 de julho de 2000 pelo Art. 2° o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou a ser um elemento das diretrizes orçamentária dos programas sociais do Brasil. Pela mesma lei no Art. 8° o IDH foi institucionalizado e inscrito na ordem orçamentária e no direcionamento dos programas sociais brasileiros, ficando sua produção sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisas Social Aplicada (IPEA). Tal fato, foi uma decorrência da territorialização da agenda econômica e social da ONU no Brasil e com especial destaque para a agenda política agenciada pelo PNUD (Godoy; Soares, 2020, p.107).

Dessa forma o IDH faz parte das variáveis a serem observadas pelos entes público brasileiros, seja no nível federal, estadual ou municipal, na

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

formulação de suas respectivas políticas públicas. O índice é medido pela ONU desde 1993 e é

> [...] de forma simplificada, baseado em: i) esperança de vida ao nascer; ii) capacidade de adquirir conhecimento, medida pela média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados para a população de um país; e iii) capacidade de atingir um nível de vida digno medido pelo rendimento nacional (Aguiar Filho et all, 2019, p.54)

Dessa maneira, o IDH considera não apenas a vertente econômica, mas proporciona ir além dos simples dados econômicos.

4. UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE

Pelo que vimos até aqui, fica claro que o capitalismo atua "no âmbito de uma estrutura socioeconômica especifica, caracterizada por diferenças de grande importância" (Mandel, 1982, p. 14). Assim se dá no Ceará, onde as sucessivas intervenções estatais acabam, por trazer reflexos bem diferentes nos municípios, devido a sua localização, história, economia, bem como outros fatores. E é pela análise desses municípios, que é possível avaliar o quanto o modelo de desenvolvimento tem tido ou não sucesso em terras cearenses. Neste trabalho, abordaremos mais detidamente o município de Jijoca de Jericoacoara, destaque nacional em turismo e um dos principais PIB per capita do estado.

Jijoca de Jericoacoara

O nome do município faz referência à vila de pescadores que ganhou notoriedade em todo o Brasil como destino turístico. Sua consolidação como polo turístico no litoral norte do Ceará dialoga bem com a meta, também sobre as cadeias produtivas de tornar o turismo cearense uma referência internacional em desenvolvimento sustentável. O que pode ser percebido pelo manejo sustentável dos visitantes à vila de Jericoacoara, cujo acesso só pode ser realizado por veículos da localidade, além de estar localizada em uma unidade de conservação

[5] http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38375

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

ambiental, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, criada em 1984 e que engloba o Parque Nacional de Jericoacoara, criado em 2002[6].

O município de Jijoca de Jericoacoara possui 25.555 habitantes e localiza-se na região de planejamento Litoral Norte. Sua vila mais famosa possui apenas três mil habitantes. Na região, destacam-se os municípios de Acaraú, Camocim e Granja, concentrando quase 45% do total de habitantes do Litoral Norte cearense e possui o maior PIB per capita da região.

Em relação ao IDH, e isso pode sinalizar que a busca pelo turismo sustentável, demanda maiores investimentos nas áreas sociais, para além da estrutura de negócios, Jijoca de Jericoacoara possui também o maior IDH na região.

Apesar do desenvolvimento da cadeia turística, com a construção de aeroportos, estradas e o surgimento de empreendimentos hoteleiros nos municípios do entorno de Jijoca de Jericoacoara, o Litoral Norte, bem como, diversos municípios localizados no oeste cearense, ainda não são capazes de gerar riquezas permanecendo extremamente desiguais.

Persistem a pobreza e as desigualdades

Como foi apresentado aqui, embora haja um esforço de cerca de quarenta anos focados no desenvolvimento do estado do Ceará, apesar do aumento na criação e geração de riquezas, o estado continua muito pobre e desigual.

A passagem da economia tradicional para uma economia moderna, do tipo capitalista avança, o Ceará é um dos estados que segue à risca os preceitos da agenda de responsabilidade fiscal, ampliou a educação e conseguiu elevar o rendimento das famílias, mas ainda assim, todas essas realizações, que contribuíram para alavancar os investimentos, trouxeram alterações significativas, mas não a ponto de transformar o Ceará, como afirmavam os propagandistas dos sucessivos governos.

Na verdade, os maiores beneficiários não foi a população cearense, mas os empreendimentos, que às custas do fundo público, conseguiram terras, energia elétrica, água e outras benesses para explorar o trabalho em condições de

[6] https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

exploração nem mais elevadas do que em outras regiões brasileiras. A maior parte da riqueza produzida coletivamente pela sociedade cearense nos últimos anos foi apropriada pelo sistema capitalista, tornando-a privada e, como parte do esquema Centro/Periferia, retirando-a do estado.

Apesar da fama, Jijoca de Jericoacoara sequer possui uma taxa de ocupação de sua população em torno de 30%. Há ainda muito a avançar para um modelo mais inclusivo e que dialogue com o semiárido cearense e com seus habitantes. O noticiário repete há anos boas notícias sobre a economia cearense. Agora é preciso que toda a sociedade possa partilhar das riquezas geradas. Afinal, a "questão real não é quanto se produz, mas o que se produz, como e para o benefício de quem" (Fraser; Jaeggi, 2020, p.204).

Jijoca de Jericoacoara pode ser referenciada a todo o Ceará, uma vez que é um território onde as estratégias de desenvolvimento dos sucessivos governos cearenses obtiveram o resultado de ampliar a atividade econômica e a geração de riqueza. No entanto, quando se passa a olhar as particularidades da população que habita esses municípios, pode-se perceber que ainda existe um enorme fosso entre a geração de riquezas e a sua distribuição.

3. Metodologia

O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa exploratória baseada em um levantamento bibliográfico e de dados sobre o estado do Ceará e sua economia.

Desde o final do século XX, os sucessivos governos cearenses têm implementado políticas públicas no sentido de inserir a economia cearense no sistema capitalista, o que trouxe uma série de transformações à sociedade cearense, bem como a desarticulação das atividades econômicas e culturais tradicionais.

A pesquisa buscou reforçar, por meio dos dados coletados, as contradições dessas políticas públicas bem como suas consequências.

biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-de-jericoacoara

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

4. Resultados e Discussão

Na verdade, o que se observa no Ceará é o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo em um território periférico, onde

> [...] a extensão da circulação do capitalismo central definiu o início da produção capitalista nas economias dependentes. Esta, por outro lado, uma vez engendrada, passou a obedecer a tendências da produção e circulação internacionais, mas também a tendências internas que foram se constituindo, como expressão da particularidade da economia dependente. A conjunção de ambas as esferas de causalidade é o que constitui *a situação condicionante que determina os limites e as possibilidades do desenvolvimento capitalista* (Luce, 2018, p.89).

É nessa condição que se efetua a dependência. Uma vez que a condição dependente, não atende plenamente as demandas internas da sociedade local, em benefício das demandas dos países/territórios centrais. A estrutura econômica é montada para atender ao interesse externo. É uma economia exportadora, e como tal, "é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias" (Marini, 2022, p. 197).

Dessa forma, a população cearense é contemplada com emprego e salários melhores, do que os que tinham acesso, em suas atividades econômicas tradicionais, no entanto estes salários são, em média, menores do que os que os trabalhadores de outras regiões recebem, haja vista que "os custos de mão de obra, no Brasil, giram em torno de 15% da produção, enquanto no Nordeste, mesmo sem os benefícios fiscais, ficam em torno de 10%" (Barbosa; Silva, 2021, p.11).

Isso é possível porque a produção cearense não foi pensada para atender as demandas de sua população. É o que Marini (2022) considera a separação entre produção e consumo. Desse modo, a produção cearense, por estar centrada nas necessidades externas, "não depende da capacidade interna de consumo para sua realização" (Marini, 2022, p.195). Com isto, abre-se a possibilidade para uma superexploração do trabalho, uma vez que a investida não se reduz apenas a salários menores do que em outras regiões do país, mas na ampliação da intensidade do trabalho. Aqui, as novas relações de trabalho se popularizam: Pjotização e uberização são comuns entre os trabalhadores cearenses dos mais diversos ramos. Afinal,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

> [...] para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja por meio do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro – o aumento da intensidade do trabalho – se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida por meio de troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção (Marini, 2022, p.185).

Os empreendimentos atraídos para o Ceará, além de receberem benefícios fiscais e toda a estrutura, podem contar com uma superexploração brutal do trabalhador cearense. Caso desejem sobreviver, os trabalhadores cearenses devem aceitar salários mais baixos do que os ofertados em outras regiões (Barbosa; Silva, 2021).

No campo, os perímetros irrigados são cada vez mais reservados aos grandes empreendimentos exportadores do agronegócio, expulsando a população de suas terras e atividades tradicionais[7], forçando-as a buscar sobrevivência nas cidades.

Por isso a persistência dos baixos índices de ocupação da população, bem como das taxas de extrema pobreza. Jijoca de Jericoacoara despontam como um dos maiores PIB per capitas do Ceará, mas a população desses municípios se encontra em situação sofrível, mesmo quando comparada a outras localidades na mesma região. O que deixa claro que essa produção de riquezas se destina ao mercado externo, deixando pouco para as localidades e seus moradores.

> Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (Marini, 2022, p.197).

Uma economia que se configura exportadora, em uma estrutura dependente, dificilmente iria proporcionar às classes populares a realização dos potenciais humanos necessários. Mesmo a educação se conforma a esse modelo e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

longe de criar condições para a evolução enquanto cidadãos, as escolas e outras instituições de ensino são rebaixadas a apêndices do mercado, ofertando uma formação alinhada ao perfil desejado pelos empreendimentos que chegam ao Ceará, sendo, portanto, "uma educação que se limita ao básico necessário para a operação do trabalhador, sendo, portanto, ministrada em uma perspectiva parcial e não integral" (Barbosa; Silva, 2021).

5. Conclusão

A expansão capitalista para o interior do Nordeste é uma realidade. No entanto, embora estimulada pelo Estado por meio de políticas públicas, a referida expansão se faz eivada de contradições. O semiárido cearense, o caso aqui analisado, está a cada dia mais integrado à economia capitalista, recebendo empreendimentos industriais, agrícolas (baseado no modelo do agronegócio exportador) e de serviços. Os índices econômicos crescem, indicando uma maior produção de riqueza, mas os índices sociais que atestam a melhoria da qualidade de vida dos cearenses não acompanham o mesmo dinamismo.

São contradições que o modelo de desenvolvimento implementado para o semiárido acirra. Ao mesmo tempo, as pequenas e médias cidades do interior enfrentam problemas outrora reservados às capitais: aumento da população desempregado, morando de forma precária e abaixo da linha de pobreza.

As poucas vagas criadas nos empreendimentos somados aos baixos salários, exigem dos gestores ações sociais, para as quais faltam recursos orçamentários, uma vez que boa parte dos novos negócios foram atraídos por isenções fiscais e outros benefícios.

Trabalhos como esse podem suscitar debates sobre como realizar o desenvolvimento com maior inclusão social e assim diminuir a marcante desigualdade social do território, que se reflete não apenas na economia, mas em outras áreas da sociedade.

[7] https://ojoioeotrigo.com.br/2023/04/frutas-privatizacao-de-territorios-irrigados-no-ne-expulsa-pequenos-agricultores/

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

Referências

AGUIAR, Luane da Conceição; GROSSI, Mauro Del; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; ÁVILA, Mário Lúcio. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019. Disponível em https://www.hubine.com.br/revista/index.php/ren/article/view/968/763. Acesso em 15/09/2022.

AGUIAR FILHO, A.; TOMÉ, M. A.; FARIAS, A. de B.; MACHADO JUNIOR, C. M.; RIBEIRO, D. M. N. M. Relação entre os Indicadores de Governança dos países e o Índice de Desenvolvimento Humano. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 53–70, 2019. DOI: 10.25112/rgd.v16i1.1511. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1511. Acesso em: 28 set. 2023.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Fávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento Regional do Brasil. *In:* **O pensamento de Celso Furtado hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento / Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. In: **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder(org). Brasília-DF: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, 2013.

BARBOSA, Erlene Pereira; SILVA, Wagner Pires da. Considerações sobre a expansão capitalista para o semiárido. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/7615/6388. Acesso em 15/09/2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

BATISTA, Maria Larissa Bezerra; MOURA, José Ediglê Alcantâra; ALVES, Christiani Luci Bezerra. Vulnerabilidade socioeconômica no semiárido cearense: um estudo a partir das mesorregiões do estado. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, *[S. l.]*, v. 10, p. 1001–1032, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.2942. Disponível em: http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2942. Acesso em: 19 set. 2022.

BRAGA, Francisco Laércio Pereira; CAMPOS, Kilmer Coelho. Desenvolvimento econômico do estado do Ceará: análise fatorial e de cluster. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 38, n. 114, 2022. DOI: 10.13037/gr.vol38n114.7310. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/7310. Acesso em: 28 set. 2023.

BUARQUE, Cristovam. Nordeste: quinhentos anos de descobertas. *In*: **Brasil**: Um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Celso Furtado e a questão regional. *In:* **O pensamento de Celso Furtado hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento / Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CASTELLS, Manuel. Conclusão. *In*: **Outra economia é possível**: cultura e economia em tempos de crise.CASTELLS, Manuel (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2013.

FURTADO, Celso. Introdução – O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *In*: **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento/ Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

FRAZER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

GARCIA-PARPERT, Marie France; BEVILAQUA Camila. As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e GIG economy: resenha bibliográfica e questões

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

a respeito no Brasil. **Estudos e Prospectivas para o futuro do trabalho**, v. 1, n. 1, set. 2020.

GODOY, Daniel; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Gestão Territorial e Indicadores Sociais: o caso do IDH. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 14, n. 26, p. 105–125, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/14001. Acesso em: 28 set. 2023.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **cidades.ibge**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em 02/01/2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MANDEL, Ernerst. **O capitalismo tardio**. Trad. MATOS, Carlos Eduardo Silveira; ANDRADE, Regis de Castro; AZEVEDO, Dinah de Abreu. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; LOURENÇO, Marcus Santos; GUARGNI, Marcus Vinicius. Políticas Públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. *In*: **Políticas Públicas e indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. Christian Luiz da Silva; José Edmilson de Souza-Lima (Orgs). São Paulo: Saraiva, 2010.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/12/2025 - **Accepted:** 07/12/2025
Vol: 21.02
DOI: 10.61164/n5jqjd75
Pages: 1-24

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Desenvolvimento desigual, “questão regional” e tendências contemporâneas. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 239–268, 2019. DOI: 10.34019/2447-5246.2019.v23.26036. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/26036. Acesso em: 9/11/2022.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana do Cariri Cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator** (Fortaleza), v. 13, n. 3, p. 93–104, set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/Dk7Yqb5khpqgMm4fcL5bjWN/?lang=pt#. Acesso em 29/05/2023.

RIBEIRO, Elisa de Castro Marques; SILVA, maria Micheliana da Costa. Um retrato do Semiárido Cearense. **Texto para discussão.** Nº 76, jan/2010. Fortaleza: IPECE, 2010. Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_76.pdf. Acesso em 15/09/2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016.